

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

17ª Sessão Ordinária de 2016

Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, em 30/08/2016, págs. 1/18

Dia: 13/09/2016

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação das Atas da 15ª Sessão Ordinária (09/08/16) e da 16ª Sessão Ordinária (23/08/16).

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/02/2015

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 14/04/2015

3) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10

Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira

Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

4) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 27/01/2016

5) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36

Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 12/04/2016

6) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 14/06/2016

7) Proposição n.º 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001569/2014-04)

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Brasília

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/07/2016

8) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000229/2015-39

Requerente: Cândido Furtado Maia Neto – Procurador de Justiça/PR
Assunto: Trata-se de sugestão, para análise por parte do CNMP, da possibilidade de regulamentação de remoção por permuta entre membros vitalícios dos Ministérios Públicos Estaduais.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Paraná
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 09/08/2016

9) Sindicância n.º 0.00.000.000260/2014-99 (Recurso Interno) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000130/2012-94)

Recorrentes: Silvio Félix da Silva; Constância Berbert Dutra da Silva; Murilo Félix da Silva e Mauricio Félix da Silva
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Sindicância instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

10) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

11) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000008/2016-41 (Recurso Interno)

Recorrente: Sandra Faraj Cavalcante – Deputada Distrital
Advogados: Elson Crisóstomo Pereira – OAB/DF n.º 2.911; Lecir Manoel da Luz – OAB/DF n.º 1.671
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Pedido de Vista em 23/08/2016

12) Inspeção n.º 0.00.000.000234/2016-22

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada na Procuradoria Geral da República.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 11ª Sessão (13/06/2016)

13) Inspeção n.º 0.00.000.000902/2015-31

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte – Corregedor Nacional, em exercício
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão (26/07/2016)

14) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001634/2013-11

Requerente: Elizabeth Helena de Faria Campos – Promotora de Justiça/MPDFT
Advogado: Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36.482
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Requer revisão do processo administrativo n.º 08190.050803/11-07, que tramitou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

15) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80

Requerente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão (09/08/2016)

16) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001012/2011-12

Requerente: Geraldo Henrique Alves
Advogado: João Alberto Simões Pires Franco – Defensor Público Federal
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais em relação à adoção de medidas cabíveis a programar plantão de Promotores de Justiça na Comarca de Juiz de Fora/MG visando ao atendimento necessário à população.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Minas Gerais

17) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.001678/2014-13

Requerente: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho – Promotor de Justiça/PE
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida no Processo CNMP n.º 0.00.000.0001811/2013-51, para que o membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco seja habilitado em todas as remoções para as quais concorreu e para efeito de contagem de remanescência.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco

Processos desta Sessão (13/09/2016)

18) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000163/2013-15

Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Ceará
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria da República no Estado do Ceará.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

19) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000202/2013-84

Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região/CE
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 20) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000204/2013-73
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional da República da 5ª Região
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria Regional da República da 5ª Região.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 21) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000205/2013-18
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região/MT
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 22) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000214/2013-17
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 23) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000230/2013-00
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional da República da 1ª Região
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria Regional da República da 1ª Região.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 24) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000286/2013-56
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 no Ministério Público do Estado do Acre.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 25) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000288/2013-45
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 no Ministério Público do Estado do Ceará.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 26) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000291/2013-69
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região/RN
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 27) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000396/2013-18
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n° 81/2012 no Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 28) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000399/2013-51
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Acre
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n° 81/2012 na Procuradoria da República no Estado do Acre.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 29) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000407/2013-60
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região/DF
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região/DF.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 30) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000819/2013-08
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 31) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001483/2013-92
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPT – Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Ceará
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 32) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001554/2013-57
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPT – Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 33) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001603/2013-51
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado do Ceará
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 34) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001631/2013-79
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPE – Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 35) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001647/2013-81
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado do Acre
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 36) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001655/2013-28
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 37) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001703/2013-88
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 38) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001774/2013-81
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPT – Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região – Natal/RN
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 39) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001777/2013-14
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPT – Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região – Campo Grande/MS
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 40) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001780/2013-38
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPT – Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região – Cuiabá/MT
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 41) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001516/2014-85
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins
Advogado: Roger de Mello Ottaño – OAB/TO n.º 2583
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme constatado no item n.º 16.23 do relatório da Inspeção realizada nas unidades ministeriais do mencionado Estado.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

42) Proposição n.º 0.00.000.000416/2015-12

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Assunto: Proposta de Recomendação que dispõe sobre a necessidade de conferir maior celeridade e efetividade nas investigações, denúncias e acompanhamento das ações penais pela prática dos crimes de abuso e exploração sexual, tortura, maus tratos e tráfico de crianças e adolescentes.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

43) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000020/2016-56 (Embargos de Declaração)

Embargante: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que não conheceu Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

1) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00004/2015-08

Requerente: Paulo Eduardo Bueno

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 27/01/2016

2) Proposição n.º 1.00059/2015-09

Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho

Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica

- 3) Proposição nº 1.00126/2015-31
Proponente: Jarbas Soares Júnior
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 21/06/2016

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2015-77
Requerente: Associação do Ministério Público de Rondônia - AMPRO
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Flavia Barbosa Shimizu Mazzini
Objeto: Controle. Decisão. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado de Rondônia. Reconhecimento, Art. 100 combinado art. 127 da Lei Complementar nº 93/93. Licença-Prêmio.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rondônia
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 5) Proposição nº 1.00236/2016-01
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 26/07/2016

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49
Requerente: André Luís Alves de Melo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Pedido de Aposentadoria Especial. Atividade de Risco Análoga ao dos Policiais. Revisão de Decisão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

- 7) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00097/2016-61
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4.697
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar. Atraso e morosidade em processos e procedimentos. Conduta incompatível com o cargo de Promotor de Justiça. Violação de deveres funcionais. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN n.º 30/2016.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Ceará
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 27/07/2016 – Continuação da 13ª Sessão Ordinária

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00452/2015-67 (Apenso: Processo nº 1.00086/2016-63)
Requerente: Raulino Maracaja Coutinho Filho
Advogado: Adair Borges Coutinho Neto – OAB/PB n.º 12.441
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ilegalidade. Portaria n.º 829/2015. Ameaça do desfazimento da unidade familiar. Lotação provisória do requerente na PTM de Campina Grande/PB. Procuradoria Geral do Trabalho.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedido de Vista em 09/08/2016

- 9) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00100/2016-00
Requerente: Franklin Ourives Dias da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Objeto: Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar nº 150754/2014. Pena de censura por infração ao dever funcional.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Bahia
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedidos de Vista em 23/08/2016

10) Pedido de Providências nº 1.00343/2015-30

Requerente: Maurides Rodrigues Nascimento
Advogado: Johann Homonnai Junior – OAB/DF n.º 42500
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Atuação indevida de membros do Parquet. Programa de Banimento do Amianto. Extração de amianto crisolato.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Goiás
Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

11) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00075/2016-65

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Portaria CNMP-CN nº 020/2016. RD 0.00.000.000855/2015-25.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00175/2016-09

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Adequação dos cargos de Assessor Auxiliar de Procurador, Oficial de Gabinete e Secretária de Procurador. Prescrições do art. 37, incisos II e V, da Constituição Federal. Item 21.1.31 do relatório conclusivo da Inspeção.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Amapá
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

13) Proposição nº 1.00413/2016-22

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação que define parâmetros para a atuação do Ministério Público brasileiro no controle do dever de gasto mínimo em educação.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

14) Nota Técnica nº 1.00431/2016-04

Proponente: Conselheiro Fábio Bastos Stica
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Nota Técnica. Projeto de Lei nº 233/2015, em trâmite no Senado Federal. Regramento do inquérito civil e dos procedimentos correlatos a cargo do Ministério Público.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

15) Proposição nº 1.00312/2015-43

Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão (31/05/2016)

16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97

Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão (13/06/2016)

17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

18) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco

19) Proposição nº 1.00439/2015-53

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Proposta de Resolução que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

20) Consulta nº 1.00103/2016-71

Requerente: Lauro Pinto Cardoso Neto

Objeto: MPU. Contratação indireta de suporte presencial ou remoto a usuários. Central de Atendimento. Atendimento de serviços de menor complexidade.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Distrito Federal

21) Proposição nº 1.00395/2016-60

Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Adequação do Regimento Interno às disposições do Novo Código de Processo Civil.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão (09/08/2016)

22) Procedimento Avocado nº 1.00021/2015-28

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Avocação. Processo nº 2015.0017.6159. Ministério Público do Estado de Goiás.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Goiás

23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00415/2015-40

Requerente: Eder Pontes da Silva

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Interessado: Lorenzo Silva de Pazolini

Objeto: Sustação dos efeitos da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Anulação de Questões. Concurso Público para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Edital nº 1 – MPE/ES/2010.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Espírito Santo

- 24) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00009/2016-68
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão. Decisão exarada na RIEP nº 1.000264/2015-48. Atuação desidiosa. Prescrição dos fatos apurados no Processo nº 8747/2011.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00065/2016-10
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Decisão. PCA CNMP nº 0.00.000.001738/2014-06. Apuração. Regularidade de controle da jornada de trabalho. Servidores. Ministério Público do Estado do Pará.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal
- 26) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00074/2016-01
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Pablício Monteiro Cardoso – OAB/BA nº 20.167
Objeto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar que tramitou no Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Bahia
- 27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00196/2016-43
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Guilherme Messias Cavalleiro de Macedo – OAB/PA nº 15.450-B
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos efeitos. Portaria nº 1422/2016-MP/PGJ. Cancelamento dos registros dos servidores efetivos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil. Resolução CNMP nº 27/2008.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pará
- 28) Consulta nº 1.00412/2016-79
Requerente: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público – ANSEMP
Interessado: Francisco Antonio Távora Colares
Objeto: Ministério Público brasileiro. Automaticidade da revisão de subsídios dos membros por ato administrativo. Consulta sobre possibilidade de dispensa de edição de lei específica para majorar remuneração de agentes públicos.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará

- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00468/2016-23
Requerentes: Claudio Facundo de Lima; Jheise de Fatima Lima da Gama; Joaquim Lves Figueiredo
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Concurso para ingresso na carreira. Exame psicotécnico. Falta de objetividade e falta de informações mínimas do exame. Extrapolação dos limites da Lei Complementar Estadual nº 11/93 pelo Edital 21/2016. Reintegração dos requerentes ao Certame.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Amazonas
- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00486/2016-05
Requerentes: Roberto Carlos Soares Figueiredo; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Concessão de licença para mandato classista. Lei Estadual do Pará n.º 5.810/1994. Lei Federal n.º 8.112/90.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pará
- 31) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00558/2016-14
Requerentes: Glaucio Araujo de Oliveira – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Portaria n. 434/2016, da Procuradoria Geral do Trabalho. Fixação de vagas de Procurador Regional do Trabalho por sede das PRTs. Alteração na organização administrativa sem participação do Conselho Superior. Requer sustação dos efeitos da referida Portaria.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná

Processos desta Sessão (13/09/16)

- 32) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00054/2015-22 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Trabalho
Embargado: Corregedoria Nacional
Objeto: RD 359/2015-71 com sigilo dos autos. Censura. Procurador do Trabalho. MPT/CE.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 33) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00067/2015-38
Requerente: José Arimateia Dantas Lacerda
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Inércia. Excesso de Prazo. Atuação. Diversos Procedimentos. Poder Judiciário do Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí. Força Tarefa Popular.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Piauí

- 34) Pedido de Providências nº 1.00214/2015-15
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Gozo de Licença Prêmio. Tempo de serviço na Administração Pública.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00220/2015-45
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público no Estado do Rio Grande do Sul. Auxílio denominado "quebra de caixa". Verificação de regularidade do pagamento.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Rio Grande do Sul
- 36) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00365/2015-37 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Angela Montenegro Taveira; Claudia Marcia Ramalho Moreira Luz
Embargado: Ministério Público Militar
Objeto: Preservação da autonomia de membros do Ministério Público Militar. Investigações. Capacetes e coletes balísticos do Exército. Pagamento de diárias e passagens referentes ao período das diligências.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 37) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00443/2015-76
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Advogados: Renan Sales Vanderlei – OAB/ES n.º 15.452; Thiago Carvalho de Oliveira – OAB/ES n.º 11.587
Objeto: Processo administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, conforme constatado no processo nº 0.00.000.000292/2015-75.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 38) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00042/2016-60 (Recurso Interno)
Recorrente: Ananias Gonçalves Moura
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Excesso de prazo. Conclusão. Diversos inquéritos e denúncias. 5ª, 6ª e 7ª Promotorias de Justiça de Altamira. Município de Vitória do Xingu. Ministério Público do Estado do Pará.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pará

39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2016-17

Requerente: Francisco de Assis Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: David Raimundo Santos
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso para ingresso na carreira de Promotor Substituto. Suspensão de posse de candidatos. Irregularidade nos critérios para atendimento dos requisitos determinantes ao direito às vagas reservadas para candidatos negros.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Bahia

40) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00266/2016-45

Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Desconstituição de decisões. Autorização de ajuizamento de Ação Civil para decretação da perda do cargo contra membros do MP/ES. Colégio de Procuradores de Justiça. Procedimentos GAMPEs nº 2015.0030.1104-05, nº 2015.0029.8107-95, nº 2015.0029.8106-82 e nº 2015.0029.8105-69. Inspeção CNMP nº 0.00.000.001007/2014-52.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Espírito Santo

41) Pedido de Providências nº 1.00284/2016-27

Requerente: Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa
Interessado: Miguel Leles da Rocha
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ausência de Promotor Titular. Atuação. Comarca de Bom Jesus da Lapa/BA.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Bahia

42) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40

Requerente: Jose Carlos Cruz
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo

43) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00337/2016-09

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado de Rondônia
Advogados: Raul Ribeiro da Fonseca Filho – OAB/RO n.º 555; Saiera Silva de Oliveira – OAB/RO n.º 2.458; Moacyr Rodrigues Pontes Netto – OAB/RO n.º 4.149
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Revisão de Processo Disciplinar. Sindicância Disciplinar nº 201300112001428.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Rondônia

- 44) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00353/2016-75
Requerente: Flávio Bussab Della Líbera
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2014.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Acre
- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00443/2016-66
Requerentes: Analice da Silva; Gabriel Salvino Chagas do Nascimento; Jarla Ferraz Brito; Marcelo Bitarães de Souza Barros; Thiago de Melo Roberto Freire
Advogado: Luiz Felipe de Faria e Cunha Monteiro – OAB/AM n.º 7031
Interessados: Sylvio Henrique Lorena Duque Estrada e outros
Advogado: Rodrigo Nicoletti – OAB/RO n.º 4.256
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Concurso para ingresso na Carreira. Anulação. Edital nº 20/2016-PGJ. Violação da Lei Orgânica do MP/AM. Impedimento da Homologação do Certame. Repristinação do Edital nº 19/2016-PGJ.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Amazonas
- 46) Proposição nº 1.00481/2016-37
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Cobrança de fiscalização por parte das Corregedorias do Ministério Público brasileiro. Obrigatória presença. Coibição da prática de assinatura posterior em atos nos quais os membros não estiveram presentes.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00490/2016-28 (Recurso Interno)
Recorrente: Geovani Schrouder de Moura Lula
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Recorrido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão. Portaria nº 28/2016. Penalidade de demissão. Ação Ordinária nº 50354-24.2015.4.01.3400. 22ª Vara Federal. Anulação. Processo Administrativo nº 08191.031982/2015-88.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 48) Revisão de Decisão do Conselho nº 1.00491/2016-81 (Embargos de Declaração)
Embargante: Moises Rufino Fernandes
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revisão de Decisão. Processo CNMP nº 1.00028/2015-03. Legitimidade do ato administrativo do Secretário-Executivo da Promotoria de Justiça Criminal de Guarulhos. Procedimento para ingresso nas unidades do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: São Paulo

49) Procedimento Avocado nº 1.00557/2016-60

Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO nº 17275
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Avocação. Autos do Procedimento Disciplinar Administrativo nº 2014.0051.5706. Decisão proferida na Avocação CNMP nº 0.00.000.000356/2016-19.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

50) Pedido de Providências nº 1.00560/2016-20

Requerente: Leandro Peres de Matos
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí. Atuação indevida de membro do Parquet. Ingerência em área de atuação exclusivamente administrativa, envolvendo pessoas jurídicas de direito privado. Requer que seja tornada sem efeito/nula a Recomendação nº 020/2016 e o procedimento administrativo nº 212/2016.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Mato Grosso do Sul

51) Avocação nº 1.00572/2016-81

Requerente: Ulisses Campos de Araújo
Requerido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Requer avocação de todos os procedimentos e representação contra o requerente, em trâmite na Corregedoria Geral daquela Unidade.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Bahia

52) Proposição nº 1.00580/2016-19

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 7º da Resolução CNMP nº 13/2006. Alteração dos artigos 6º e 7º da Resolução CNMP nº 23/2007.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

53) Pedido de Providências nº 1.00590/2016-63

Requerente: Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Inspeção nº 0.00.000.000696/2016-16 realizada na Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro. Identificação de Veículos Oficiais. Procedimento Interno de Comissão nº 0.00.000.000282/2016-11.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Rio de Janeiro

- 54) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00597/2016-49 (Recurso Interno)
Recorrente: Edson da Silva Gomes
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Alegação de Inércia. Promotoria de Justiça de Serra Dourada. Acompanhamento de processos investigativos.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Bahia
- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00602/2016-03
Requerentes: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – ASSEMPECE; Francisco Antonio Tavora Colares
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Lei de Acesso à Informação. Não atendimento à solicitação.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Ceará
- 56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00633/2016-92
Requerentes: Claude Henri Appy – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional Trabalho da 15ª Região
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Controle da Portaria PGT nº 434/2016. Sustação de processos de remoção e promoção. Editais PGT nº 11/2016 e CSMPT nº 27/2016. Definição do processo de promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho, sem lesão à antiguidade dos membros. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público